

Mesa-redonda

Política e paranóia

*Promovida pelo CEBELA no início do ano em curso, a mesa-redonda aqui transcrita concentra as reflexões de pensadores brasileiros sobre a política que, segundo M. Duverger, seria a atividade em que se inventam os fins sociais. Do evento participaram: Valton de Miranda Leitão – militante político de esquerda, médico-psiquiatra e psicanalista, autor do livro *A paranóia do soberano* – uma incursão na alma da política; Roberto Amaral – escritor, professor da PUC-RJ, presidente do CEBELA e editor de *Comunicação & política*; Celeste Cordeiro – doutora em sociologia, professora da Universidade Estadual do Ceará, autora de livros e artigos sobre a política como objeto de estudo na sociologia; Napoleão Ferreira – arquiteto, militante político em Fortaleza, Ceará.*

Roberto Amaral – O objeto desta mesa-redonda é discutir a relação entre paranóia e política, tendo como ponto de partida as reflexões estimuladas pelo livro *A paranóia do soberano, uma incursão na alma da política*, do psiquiatra-psicanalista e dirigente político Valton Miranda Leitão. Pretendemos perscrutar a alma da política, ou melhor, a alma paranóide da política, para usar desde logo uma categoria desse livro excitante. Nessa obra e em outros textos, o Valton trabalha com conceitos os quais, na minha visão leiga e não-científica, se afiguram distintos. A saber: os conceitos de *paranóia* e de *personalidade paranóide*. O segundo, ao que me parece, buscando uma suavização do pri-

meiro. Assim e por essa razão, e talvez estejamos em face de uma questão puramente de método, proponho que comecemos este debate solicitando ao autor que precise, não só do ponto de vista científico, mas também segundo sua acepção, aquela que eleger para o desenvolvimento de sua obra, os conceitos de *paranóia* e de *personalidade paranóide*. Para os efeitos de nossa discussão parece-me fundamental, de saída, fixar esses conceitos e uniformizar nossa compreensão; não só esclarecer a acepção perflhada em seu livro, mas aquela com a qual trabalharemos. Concluo com uma pergunta: O que é, na política, uma personalidade paranóide?

Valton Miranda Leitão - Bom, é preciso que coloquemos, inicialmente, o seguinte: que eu trabalho no meu livro dois conceitos: o de *paranóia* e o conceito co-extensivo, que é o de *inimigo*. E, no sentido da teoria psicanalítica, trabalho o de *personalidade paranóide*. Portanto, são conceitos co-extensivos, eles não se contradizem, mutuamente, a não ser no sentido psicodinâmico, ou seja, um paranóide é uma pessoa que tem elementos da estrutura paranóica psicopatológica de personalidade, portanto uma pessoa paranóide tem, apenas, alguns dos elementos, sem chegar a configurar uma situação de delírio, ou de perda de contato com a compreensão mais ampla da realidade, em função desse delírio.

O indivíduo tem elementos de desconfiança, de suspeita, fantasias, de perseguição, mas não chega a ter toda a constelação delirante da paranóia. Essa é uma personalidade paranóide. E entremendo isso tudo, a questão do funcionamento desse quadro em função de um inimigo, quer dizer, aqui está um elemento fundamental para que se compreenda que o inimigo é aquela entidade ou objeto sobre o qual se projeta o sentimento de perseguição, podendo ser um inimigo externo, ou um inimigo interno. Interno no sentido de ser psíquico.

Então, creio que com base nessa conceituação nós podemos, também, compreender que no meu livro eu coloco a questão de que, na maior parte das vezes, a política funciona, não visando a um inimigo externo, o que seria racionalmente correto, do

ponto de vista da política, no sentido consciente; e sim, visando a um inimigo interno. Por isso que as batalhas dentro dos partidos e organizações, geralmente, são maiores e mais intensas, do que fora deles. Seriam essas, de um modo geral, as idéias em pauta, só para abrir o debate.

Celeste Cordeiro – Valton, eu achei o seu livro muito interessante e audacioso de certo modo, porque durante muito tempo, e isso eu estou falando mais do ponto de vista das ciências sociais, principalmente da sociologia aqui no Brasil, já que elas foram dominadas por um certo positivismo, que deixava a questão dos valores, das crenças, dos diversos níveis do pensamento, num segundo plano. Nessa concepção, você tinha uma estrutura, você tinha um certo determinismo, em que as idéias, numa leitura positivista do próprio Marx, que as idéias eram apenas uma contrafação da realidade. E de algumas décadas para cá, felizmente, com Merleau-Ponty e com vários outros, tem ocorrido uma contra-influência, um reposicionamento das forças, uma releitura, uma revalorização do próprio Weber, do Mannheim e outros. Tudo representando uma revalorização do tempo, da palavra, das instituições, das crenças etc. Eu tenho trabalhado com isso, basicamente, buscando dois conceitos em encruzilhada, que são os conceitos de memória e de honra, dois conceitos que não são nem individuais nem somente sociais. São essa ponte.

Estou colocando essas questões porque acho que *o a priori*, sem o qual fica difícil

compreender até a largueza da sua reflexão, é que você tem uma visão do indivíduo e da sociedade, me parece, como uma relação dialética. Quando você consegue destacar, valorizar o funcionamento psíquico, os elementos inconscientes, no próprio fazer social, na administração das coisas, como a questão da política, você está aproximando indivíduos de sociedade, os quais na verdade, são dois tipos ideais, nenhum existe separadamente, o indivíduo está ‘encharcado’ de socialidade e a sociedade é feita por indivíduos.

Então, essa aproximação, portanto, da psicanálise, dos conflitos do mundo interno etc., com as instituições, me parece que é um pressuposto que não fica claro, no sentido de colocado explicitamente na sua reflexão, mas que é fundamental além de muito rico em termos de possibilidades. E uma coisa que para mim me interessa muito, essa questão da política, quer dizer, qual é a relação entre a consciência e as coisas, entre a pessoa, a construção que ela faz da realidade e a realidade política, se ela envolve os conceitos de ideologia, alienação e etc. Como é que eu percebo a realidade política? Como é que eu legitimo essa ordem das coisas, essas hierarquias, essas distribuições do poder? Como é que eu encaro, que eu legitimo, que eu justifico isso para mim? Como isso se torna racional e passa a orientar minha vida? Todas as pessoas e grupos vão definir algum olhar, vão categorizar essa realidade do poder. E isso é uma questão, Valton, e a leitura do teu livro me fez levantar uma série de

questões. Por exemplo, lembro-me muito da posição do trabalho do Adorno, com a idéia de personalidade autoritária. Talvez tenha sido uma das primeiras tentativas mais sistematizadas de aproximar esses dois mundos, da psicanálise e da política. Onde é que se implanta essa predisposição para aceitação das hierarquias tais como estão colocadas no mundo em que vivemos? Digamos, a predisposição à obediência? Onde ela está? Onde ficou a relação com o pai? Com o pai começa a metáfora do poder, por isso ela é muito importante, relação com a lei, a relação com o corpo?

Bom, eu só estava fazendo essa relação por conta de que não se entre logo num compartimento da casa, sem dar uma olhada no seu todo porque a política institucionalizada é uma dimensão dessa relação com o poder mais geral, porque é impossível a gente ver uma coisa sem a outra, como se organiza um pouco essa paranóia na política ou na cabeça do governante. Mas isso está sendo extraído de toda uma relação mais geral. E nessa questão da obediência, só para encerrar, eu queria colocar mais uma coisa que me parece importante. Na modernidade laica, secular, em que você tirou a legitimação religiosa do poder, eu me lembro que no século passado houve uma discussão enorme dos tradicionalistas católicos, colocando isso. Como que através de um contrato social, as massas, o povo, vai obedecer, sem o estofado da religião, da divindade, do sagrado, como é que se obedece? E é uma coisa que eu fiquei pensando muito quando li seu li-

vro, com aquelas tentativas que você constata sempre de sacralização, de algum modo, do poder.

Quer dizer, mesmo tirando a roupagem do aval da Igreja, mesmo com essa roupagem da razão, do progresso, do cientificismo, de tudo isso que vem junto com o contrato social para embasar essa nossa realidade moderna. Mas sempre estamos de algum modo criando alegorias, objetos, espaços, mais ou menos sagrados. Estava pensando, inclusive, em escrever alguma coisa sobre isso. Mas nós construímos uma nova família mitológica, que a mãe pode ser a razão, o filho o progresso, a sobrinha a liberdade, é um outro Olimpo feito com conceitos leigos, mas nem por isso menos galvanizadores de emoções, de motivos para as pessoas morrerem, lutarem etc. E se a gente for exatamente para a questão do governante, eu me lembrei muito do *Alienista* de Machado de Assis, talvez seja uma obra fundamental para se pensar um pouco essa relação da política com a loucura. Eu terminaria jogando essa questão: o espaço do poder, da política, ele não é fundamentalmente um espaço de legitimidade para estabelecer quem é são, quem é razoável, quem tem a razão e, do outro lado, quem é louco?

Valton – Bem, eu creio que a Celeste colocou aqui questões que são básicas para iniciarmos essa discussão. Penso que esta questão da relação entre um desenvolvimento individual e outro grupal se coloca de saída na reflexão, exatamente porque, no meu modo de ver, só há uma

maneira de entender essa dinâmica, ou seja, apelando para a teoria do inconsciente. E então, o inconsciente visto tanto como inconsciente individual, quanto como inconsciente grupal. É por essa razão que eu trabalhei com o inconsciente, visto na perspectiva de Bion¹, exatamente porque Bion teoriza um inconsciente grupal, no qual, ele diz que sempre ocorre no interior do grupo um sistema de base, que na verdade, é o inconsciente grupal, onde determinados pressupostos básicos funcionam, e esses pressupostos sempre levam ao aparecimento de um líder, um líder que pode ser uma pessoa, ou uma idéia. O surgimento de uma relação dentro do grupo de acasalamento – nascimento do messias – e um jogo dentro do grupo de ataque e fuga onde a presença do inimigo mostra-se como potencial paranóico. Essas observações feitas ao longo de muitos anos de prática com grupos, levaram-no à conclusão de que isso corresponderia ao inconsciente grupal. Portanto, essa seria a ponte entre um dinamismo individual e um outro, grupal. Agora, aí vem a outra questão que a Celeste colocou: e a relação entre comando e a obediência? É a relação, naturalmente, entre o líder e o desenvolvimento do líder carismático e o restante do grupo. No final de contas, a tese freudiana de que o grupo precisa de um pai, ou seja, no inconsciente grupal esse pai sempre está pressuposto, está virtualmente presente, ele está den-

¹ W.R. Bion, autor de *Dinâmica de grupo: uma revisão*

tro dos acasamentos que vão acontecer, dentro do grupo ele surgirá sob a forma de uma liderança carismática dentro do organismo partidário ou qualquer outra organização coletiva. Então, essas seriam, assim, as idéias com as quais eu fiz essas primeiras articulações. Além disso, existe uma outra questão, que eu acho que a Celeste foi, exatamente, em cima disso porque essas incursões de psicanálise que se costuma chamar de psicanálise aplicada no mundo da sociologia ou no mundo da ciência política, elas são, geralmente, complicadas, exatamente porque é difícil fazer essa mediação, é difícil fazer essas travessias entre o individual e o grupal. Mas a minha tentativa foi colocada aí nessa perspectiva que eu acabei de citar. Seria mais ou menos isso, podemos aprofundar depois noutra momento.

Napoleão Ferreira – Bom, Valton, o que eu acho assim de início para colocar é a questão dessa base paranóide da política. Parece-me, pelo que você coloca, pelo que você formula, que existe assim quase uma postura, eu creio, no texto, que oscila entre uma posição adversativa em relação a essa base paranóide e uma constatação, quase, da inerência dela na ação política, porque, digamos assim, pelo que dá para entender, todo pensamento da ciência política tem uma base paranóide, que se estabelece a partir dessa idéia do inimigo. Então, creio que fica difícil pensar a política conforme várias categorias políticas. Segundo esse olhar fica muito difícil entender a possibilidade de uma racionalidade política que não

se estabeleça a partir de certa subjetividade, de certa estruturação em que o inimigo vai estar presente sempre. E as organizações políticas tendem a estabelecer esse inimigo, inclusive, interno.

Bom, você fala a uma certa altura do texto que a forma marxista-leninista de organização partidária, é exatamente a forma mais cristalizada, digamos, da estrutura paranóide. Eu não entendi bem isso aí. Eu não vi, depois, um desenvolvimento desse pensamento, em que essa forma se diferencie de outras, na medida em que, o que se estabelece desde a idéia de democracia interna, de democracia partidária ou política, é justamente uma formulação que vem a partir do Iluminismo, que substitui a vontade geral, numa concepção rousseauniana, pela vontade da maioria. Então, a partir dessa vontade da maioria, você estabelece o processo dito democrático. E todo pensamento moderno e contemporâneo está a perseguir essa tal democracia, que é justamente a submissão da minoria à vontade de uma maioria.

Acho que a partir desse quadro, tenho a suspeita, você já pressupõe uma estrutu-



Valton Miranda Leitão e Celeste Cordeiro

ra paranóide de funcionamento de qualquer organização, por conta dessa concepção. O que é muito diferente do que seria a ação da consciência coletiva, ou vontade geral, ou seja lá o que for. Agora, quando você pega exemplos, como o de Canudos, você já coloca sempre a recorrência dessa ligação entre o líder e a massa, em cima de uma construção paranóide. Aí você atenua essa situação porque existe uma estrutura paranóide que é reparatória. No caso, ela procura superar a dominação edipiana do poder, do poder da classe dominante, mas, em linhas gerais, esse funcionamento se generaliza nos vários exemplos da ação política. Então, a questão é a seguinte: em que condições e em que momento existe a possibilidade de uma organização política, um partido, ou qualquer outra forma, que não tenha na sua estrutura, a base paranóide de organização? Essa é a questão.

Roberto Amaral – Sempre receei, e discuti essa questão com o Valton, que o conceito de paranóia perpassando todas as atividades, todas as condutas, presente em todas as atividades políticas, pervardindo as organizações, ou seja, tudo designando, terminasse por não ser mais suficiente para identificação de um comportamento, digamos, não-regular, não ortodoxo, no sentido de não-normal, não mediano. Admitamos que a alma da política seja paranóide, digamos que a base da política é paranóide, ou se caracterize pela paranóia ou pelo comportamento paranóide. A política é assim uma patologia? De outra parte, a experiência

prática parece indicar que a alma da política, ou do político, mais se alimenta na obsessão. Mais do que pensar na construção de um mundo utópico, a política pretende, a partir deste triste mundo real, construir um novo mundo que justificaria aquele que o criou. É a busca obsessiva pelo poder, por um poder que foge de suas mãos como o horizonte do alcance de sua vista, e quanto mais se distancia mais estimula a perseguição. Eu disse a busca obsessiva da política. Poderia ter dito a busca paranóide da política, de um objetivo político. A obsessão é um conceito que se desdobra da paranóia? Porque há uma dose de não-racionalidade na política determinando as vontades e as decisões e os objetivos, estimulando os riscos. Por isso, ganhar e perder são categorias que têm o mesmo peso pois se aplicam igualmente e com ambas o político precisa conviver. Frequentemente o político opta conscientemente pela derrota ao enfrentar um pleito que muitas vezes o mais puro raciocínio lógico diria impossível, mas que a realidade, por razões antecipadas por não sei quais processos, termina se materializando. Que faz com que um governador de pequeno e pobre Estado do Nordeste, figura secundaríssima na política nacional, se acredite capaz de ganhar uma eleição presidencial, contrariando toda a lógica da política? E não se digna que esse triste episódio é experiência rara em nossa história política.

Finalmente, a questão da utopia, ou seja: é possível a defesa, a concepção, a construção da utopia, racionalmente? O espí-

rito racional pode construir a utopia? Ou é necessária essa dose de paranóia, essa dose de tentativa, mais do que de construção da justificativa de organicidade, a construção de uma realidade que está acima da racionalidade? Esta é a questão que eu gostaria de discutir. Há uma outra questão, levantada pelo Napoleão. Está claro no texto, que, para o Valton, o partido é uma entidade doente, uma entidade paranóica, uma entidade estruturalmente autoritária, e que nela a individualidade desaparece. Agora, o que a gente tem visto aí, também, é o lado da liderança carismática. Eu não me dou bem com a adjetivação ‘carismática’, eu acho que há uma certa tautologia aí. Para mim, a liderança é em si uma forma de condução com carisma, o carisma não é uma identidade apartada da concepção, do conceito de liderança. Nada obstante isso tudo, a política oferece exemplos de extrema manifestação de racionalidade. Por exemplo, tivemos na campanha eleitoral de 94 uma disputa entre a racionalidade e a emoção. Sabíamos, a esquerda sabia, que a única possibilidade que nos restava para alcançar um bom desempenho nas eleições presidenciais daquele ano dependia de nossa capacidade de apelar para a emoção; *contrario sensu*, nosso adversário sabia que a boa possibilidade de que desfrutava para ganhar as eleições derivava de sua competência para livrar o processo eleitoral de qualquer emoção; suas chances cresciam na medida em que pudesse transformar o processo eleitoral em um exercício de pura racionalidade. Consegui, e ganhou as eleições.

Valton – Bom, eu creio que nós estamos avançando no sentido de colocar coisas que me parecem, assim, fundamentais. A idéia de que o funcionamento do partido é estruturalmente, vamos dizer assim, um funcionamento paranóico é co-extensiva, está ligada à idéia de que a política é violenta, ou seja, não há, como se imaginava na tradição, numa certa tradição clássica, grega, aceitação, no meu texto, de que a sociedade se organizaria em cima de mecanismos de *philia*, de amizade. O que está colocado é que a política, no sentido universal, é violenta, todo o poder, conforme a maioria dos teóricos da política têm colocado, emana dessa violência, dessa capacidade de coerção. Isso aí já é um traço do que, no grupo político, vai se constituir como funcionamento cindido, quer dizer, funcionamento onde um setor do grupo assume uma postura **x**, e o outro, uma postura **y**, enquanto um se considera portador de uma verdade, ou realidade, mais pura, ou adequada, o outro é tomado como atrasado, ou incompetente, bondade *versus* maldade, altruísmo *versus* egoísmo. Na verdade é uma racionalização intelectualista, e muitas vezes vestida de símbolos escamoteadores de uma luta, que em última instância, é uma luta de natureza emocional e derivada de processos pulsionais inconscientes. Essa é a primeira questão. Acho que o Amaral colocou aí um ponto a que, inclusive, lá no avançar do texto, analisando a eleição de 94, também me refiro. O objetivo do candidato apoiado pela direita, no processo eleitoral foi, não só desapaixonar o processo,

mas também despolitizá-lo, nesse sentido maior. Eu creio que isso tudo junta elementos de política no sentido amplo, e uma questão da política no sentido mais restrito, no sentido do grupo ou partido organizado, conforme a Celeste já tinha iniciado, é a questão de uma certa consciência de que o partido não pode funcionar como a sociedade, sem que exista uma certa consciência desse funcionamento. Se o partido fosse só inconsciente, se ele fosse paranóia pura, então, evidentemente, não poderia sair do lugar. Igualmente, como o ser humano de um modo geral. Reduzir o ser humano a um sujeito que seja só manifestação do inconsciente, no meu modo de ver não tem sentido. Existem mecanismos de organização de um eu racional que configuram uma ligação entre inconsciente, pré-consciente e consciente. São mecanismos diante dos quais nós temos que compreender, não só o indivíduo mas como o grupo funciona. Nesse sentido, fiz uma aproximação entre o conceito de catarse em Gramsci e o conceito kleiniano de posição esquizo-paranóide oscilando para posição depressiva, porque a catarse em Gramsci representa uma oscilação do grupo político entre uma postura inicialmente passional e uma outra postura ético racional, portanto em Gramsci eu penso que a visão é descritiva e em Melane Klein ela é estrutural. No sentido do inconsciente, então eu faço uma aproximação entre esses dois pontos, para dizer que o passional de Gramsci corresponde ao esquizo-paranóide de Melane Klein e o ético organizado de Gramsci corres-

ponde às estruturas reparatórias de Melane Klein. Nesse sentido haveria essa aproximação. Ocorre que o grupo está sempre às voltas com um inimigo potencial, e esse inimigo potencial aparece, quase sempre, no interior da própria organização. Vamos tomar um exemplo usado no meu livro. Ressalvados todos os boicotes, tudo que aconteceu contra ela, o exemplo da administração Maria Luíza Fontenele na prefeitura municipal de Fortaleza, onde as lutas internas atingiram um nível de irracionalidade tal, que se instalou uma paranóia total dentro do sistema governativo e dentro do partido dela, tornando, ao lado dos outros fatores de natureza estritamente política, a administração inviável.

Roberto Amaral – Aí, quando você inventa o inimigo interno, sua atitude é paranóica. Agora, quando o inimigo externo contribui para a agregação de um grupo, aí é racionalidade...

Valton – Exatamente, você tem toda razão. Agora antes de prosseguir é preciso que se responda a duas outras questões, uma colocada pelo Napoleão, e outra colocada pelo Amaral. O Amaral colocou assim, será que na política não existe mais obsessão do que paranóia? Pois bem, não existe ser mais obsedado do que o paranóico. E o indivíduo paranóico é movido por uma verdade interna e por uma ética própria que ultrapassa todos os limites de qualquer outra motivação humana. Então essas coisas estão muito próximas, e do ponto de vista estritamente

te dinâmico ou psicanalítico, o indivíduo obsessivo está dentro da política, do mesmo modo que indivíduos maníacos estão dentro da política. Mas o que eu quero dizer é que do ponto de vista mais universal e mais amplo, a paranóia abarca tudo, abarca, inclusive, indivíduos que têm uma certa base de funcionamento obsessivo.

Dentro desse contexto é que nós vamos ver a maioria dos desdobramentos da vida política. Agora quanto à questão que o Napoleão levantou referente ao partido de vanguarda, marxista-leninista, realmente eu coloco isso: Por quê? Porque o partido de vanguarda foi situado por Lênin como o partido que tinha a consciência proletária. A partir daí, quando você diz que é o único partido que é capaz de ter uma consciência proletária, você já está fundando uma paranóia, você está fundando uma coisa que diz que ninguém mais é capaz de ter essa consciência a não ser este partido aqui, você já está, por definição, colocando um sistema paranóide em funcionamento. Ele pode não ser paranóico, mas ele já é potencialmente um sistema desse tipo, e isso se comprovou por desdobramentos posteriores que não tiveram Lênin por protagonista, porque era demasiadamente íntegro do ponto de vista político para cair na loucura em que as coisas vieram a se situar posteriormente. Então eu creio que a questão é que a vanguarda se autoproclama detentora de uma verdade histórica, o que é muito próximo da onipotência paranóica. Então era mais ou menos isso que eu queria colocar.

Celeste - Vou fazer uma provocação a partir da sensação que tive em algumas passagens do livro e também, agora, a partir das colocações do Roberto, como a de que houvesse a possibilidade de funcionamento racional, não contaminado pela libido, pelo desejo, pelo agressor e eu tenho a impressão que esse é um pressuposto que a gente teria, que é uma ilusão que precisa ser perdida, essa aí, de que não há a razão como tal, a crença é idealista, ou seja, de que a ilusão é constitutiva do ser humano. Você não tem uma relação sinóptica com a realidade, você sempre imagina um pouco a realidade, e essa imaginação vai depender do seu desejo, da sua vontade de ser amada, de ser reconhecido, de uma série de coisas, e isso vai para a política também. Então quando você diz, por exemplo, quando o inimigo interno funciona para agregar, é racional, aí a paranóia está tendo uma consequência prática ...

Roberto Amaral – Quem agrega é o inimigo externo...

Celeste – Externo, pronto, por isso não menos paranóico...

Roberto Amaral – Ao invés de enfrentar o inimigo externo, real, ele cria o inimigo interno. O interno é obsessão ...

Celeste – Parece-me que é uma dinâmica que, inclusive, não está só no partido. Está em quase todos os grupos. Sempre vejo esses grupos adultos, sérios, da administração, da política, etc., como aquele conjunto de irmãos na hora do almoço brigando pela atenção do pai. É fantásti-

co ver do que as pessoas são capazes para obter esse amor do líder, não é? É uma vergonha. A sedução do pró-reitor em relação ao reitor e etc. é o desejo de ser amado, e o espaço do poder é pequeno, não cabe todo mundo. Olha, esse último livro do Vargas Llosa, a *Festa do Bode*, é sensacional porque, inclusive, são histórias verídicas de como uma pessoa, como se ela tivesse vida na medida em que está pisando aquele chão magnetizado pelo poder, quando ele é tirado dali, ele cai como um boneco sem força, quando ele coloca em desgraça um dos seus seguidores, é uma abstrusão, é a morte, você perde o seu lugar, você mesmo não se reconhece mais. Quem sou eu? Só a sobre desse olhar, dessa aceitação? Então, me parece que esse desejo que move as pessoas, está presente na política também.

Roberto Amaral – Em noutras palavras, o que você acaba de dizer é que a política é o espaço, mais um, em que os indivíduos tentam resolver suas carências.

Celeste – Em todos os espaços eu estou tentando me organizar para viver no mundo com os outros, pode ser o espaço de uma seita religiosa, o espaço da família, o amor. É o que ocorre em todos os espaços, nas relações de poder, também, na política. Agora, na política, pela existência da promessa daquilo que Alberone chama o ‘Estado nascente’ – a possibilidade de você reinventar o mundo – ela é muito carregada de energia. É o espaço da certeza. Olha, esse negócio que você fala do funcionamento paranóide, Valton, eu fico pensando o que resta

para esse líder, por exemplo, quando ele não tem direito de ter dúvida. É impressionante, nenhum líder pode se dar ao luxo de ficar hesitante, de dizer eu não sei, eu estou um pouco perdido em relação ..., ele tem que ser aquele pai cheio de certeza o tempo todo ...

Valton – É exatamente isso que eu digo: os elementos paranóicos na política são o fundamento do funcionamento político. O problema é quando os componentes paranóides se transformam em paranóia franca.

Celeste – Olha, é impossível você ter certeza fora do delírio. Fora do delírio, você sempre tem dúvida.

Valton – Esse aí é o melhor ponto, quer dizer, o ponto é esse. A Celeste está colocando aqui a questão de como imaginar uma política que não seja paranóide. Eu respondo: é impossível, a política é paranóide e, exatamente por isso, ela funciona nesse sentido de ter uma energia muito grande, no sentido de que deriva desse sistema paranóide toda a energia da política. O Antônio Conselheiro, a gigantesca energia dele é paranóide, agora ...

Celeste – até para dar mais certeza na palavra do líder, ele recorre à inspiração divina ...

Valton – Por isso para os grandes líderes, há a palavra carismático. Acho, Amaral, que ela coloca essa questão. Há aí uma contaminação pelo sagrado independente de o líder ser religioso, ou não. Contaminação pelo sagrado nessa pers-

pectiva, o indivíduo revestido desse poder tem uma visão, um sentimento de predestinação e de vocação. Agora, quando o Amaral falou no problema da racionalidade, eu acho que por um outro lado, e essa é a grande contradição, a decisão política mesma, ela tem que ser tomada em cima de elementos racionais. Essa é que é a grande contradição, é que quando você vai estabelecer uma teoria, vai estabelecer uma relação entre tática e estratégia, quer dizer, fazer isso é fundamentalmente em cima de uma racionalidade, e aí é que eu acho que há uma grande contradição.

Napoleão – Valton, veja bem, eu acho que aí há uma questão, que tem que ser discutida, a questão da possibilidade histórica. Para ficar mais claro, da maneira que você está colocando a questão da política, organização política e ação política, ela se torna, a meu ver, uma visão ahistórica, ou seja, não existe então, uma história da política. A política se movimenta, as pessoas se movimentam em torno do poder, a partir dessa base psicanalítica do poder, que são edipianas. Então você pode comparar qualquer fenômeno de ação de classes sociais, em momentos diferentes, em histórias diferentes. Acho complicado porque nós estamos tratando, também, na verdade, nós estamos vivendo hoje numa situação objetivamente, numa época, numa época em que existem partidos, organizações, formas que não são essencialmente carismáticas de dominação, são formas para as próprias coisas, e existe de certa forma um grande esforço, eu acho que

esse seu trabalho faz parte desse esforço, por uma racionalidade do conhecimento e das ações. Então, a questão: Qual é a possibilidade e quais são os limites da organização política? Eu veria mais, essa situação contemporânea, a partir de uma perspectiva de patologias e de retificações, eu acho que não dá para se imaginar que todo mundo vai ficar assim, todos os partidos vão acabar paranóicos, porque o componente paranóide existe, eu creio que a forma, e aí eu acho que não é só a forma leninista de organização partidária, mas toda essa forma de tradição iluminista, de tradição da Revolução Francesa, ela traz consigo esse próprio conceito de democracia, que é uma reconstrução do universo grego, que não tem nada a ver com a Grécia antiga, ela estabelece já essa estrutura que se predispõe à paranóia porque é uma estrutura paranóide. O que não quer dizer que a política não tenha mais futuro, que a política vá se acabar. Eu creio que não. O interessante é que... eu até andei lendo Machado de Assis, precisamente o *Quincas Borba*, naquela parte em que ele fala "...ao vencedor, as batatas...". O Machado já formula toda essa construção dessa visão de mundo, que é muito moderna, da disputa, vai ganhar quem ganhar e quem perder vai passar fome e os vencedores vão comer as batatas. Então essa instrução é coisa da formação moderna, e mais, nessa atual condição do capital monopolista, que você coloca no livro, que ele tem um forte componente narcisístico, individualista, ele promove isso aí, ele torna as pessoas reféns disso.

Então, mais uma vez eu pergunto: Qual é a possibilidade do partido, de uma organização, com fins racionais para a superação das contradições sociais, do próprio sistema capitalista? Qual é a possibilidade a partir dessa visão?

Celeste – Olha, eu fico pensando, toda cultura é um esforço sublimatório, não é Valton? Toda atividade cultural e a política também. Agora essa sublimação pode ser mal ou bem resolvida. Eu estou jogando isso para fazer essa pergunta: Todo poder é perverso? Essa é uma questão fundamental para mim. Eu sou manieta-da por essa questão do poder, e como para minha razão é só um alibi para a tentativa de resolver nossas questões. Para mim é uma questão afetiva, se não há a possibilidade de um poder que não destrua o outro. Por isso eu me tornei uma democrata radical, porque na democracia havia essa possibilidade de você ter regras, que orientassem o conflito, de alguém poder dizer suas razões, alguma coisa assim, não é não porque não, não é um capricho imperial, é um poder que tem regras, é possível regar o Poder? Eu sempre fiquei com essa dúvida porque como você coloca muito bem, a questão da violência está sempre subjacente. Eu vou fazer com que o outro me obedeça, só dando razões? Ou precisa haver em última instância a possibilidade da violência, para que ele obedeça? Então, esse problema da democracia, você vê, para guardar essa questão da paranóia, essa sublimação do narcisismo, pode se dar pela via do ideal do Eu, ou do Eu ideal. Você não acha que esse é um bom cami-

nho, também, para ver essa diferença? Se for o ideal de Eu, você talvez tenha uma política mais bem resolvida. Se é na base do Eu ideal fica difícil.

Agora, eu queria levantar uma coisa: na democracia, Valton, pelo fato de que você possa constituir fóruns, espaços mais abertos, mais transparentes, onde as pessoas sejam obrigadas a falar, dizer a sua palavra, buscar argumento, a se justificar; nessa dimensão, não seria uma defesa contra a paranóia? Será que a paranóia não se alimenta também – por isso é que você dá o exemplo daqueles regimes mais autoritários –, do segredo, dos grupelhos, do obscurantismo no sentido de que as coisas são fechadas, de que não estão abertas para o olhar público? A paranóia não é mais privada nesse sentido? Na medida em que você encontrar condições de publicização dessas razões políticas, não fica mais difícil para essas pessoas se encaminharem por esses desvios mais claramente paranóicos?

Agora eu queria colocar, só para fechar, uma questão que para mim é muito importante aqui, em relação ao Brasil. Uma coisa que *Tocqueville* coloca em toda a sua reflexão sobre a democracia, é que a democracia funciona entre iguais, mais ou menos, não é? Até para você dar as suas razões, para você estabelecer regras comuns, um mínimo de igualdade, de aproximação, tem que haver entre os grupos e as pessoas. E a questão aqui para mim, do Brasil, e eu acho que você coloca isso brilhantemente no seu trabalho e Canudos é um emblema disso, é desse abissal



*Valton Miranda Leitão no primeiro plano,
Roberto Amaral, ao fundo.*

hiato entre classes sociais, isso até certo ponto inviabiliza a democracia. E estimula a perversão do poder, por aquilo que você colocou no início, porque o poder muitas vezes precisa desonrar o outro, desqualificar o outro para se exercer, é isso que é feito. Por exemplo, com Canudos, quando você diz que é um bando de loucos, é um bando de não sei o quê, o Antônio Conselheiro é isso, isso aí eram as razões que estavam ali em todos os jornais do Rio de Janeiro, justificando aquele massacre. Então quando esses dois agentes, esses dois pólos da política estão muito afastados, como é o caso aqui no Brasil, com todo nosso passado de escravidão, a tentação paranóica não fica mais fácil?

Valton— Bom, creio que aqui nesse ponto nós estamos colocando questões mais concretas. Penso, que no desenvolvimento desse texto a idéia em destaque de que é possível uma compreensão da vida política, em termos de um funcionamento do inconsciente individual e grupal. É possível explicar fenômenos políticos, ou do Estado, em termos de dinâmica inconsciente, e isso pode nos permitir en-

tender muito melhor o porquê das erupções de absoluta irracionalidade em muitos momentos da vida e da *praxis* política. Veja a questão de que a democracia possa esconder, ou melhor, possa deixar essas manifestações mais afastadas. Creio que não é assim, porque na verdade todo o poder é secreto, ele não se coloca, ele não se exhibe. Essa idéia de que existiria um poder regulamentado por leis que seria transparente, isso na verdade, no meu modo de ver, não existe. O ‘poder’ é essencialmente obscuro, e isso não creio que o argumento seja capaz de dissolver, desfazer. Você vê o seguinte: até um certo ponto qualquer poder coloca determinadas coisas nos jornais, mas a maioria das ações fundamentais de um poder não são colocadas, não são abertas para o conjunto da população. Então eu creio que nesse sentido qualquer poder é estimulante de mecanismos paranóides, pelo menos. Agora, a outra questão que eu creio que o Napoleão colocou aí é a de como uma compreensão desse tipo poderia reduzir a vida política a um entendimento psicológico. E não creio que se possa fazer isso. Acho que há dois pontos, Celeste, nos quais eu acredito. Como não se pode reduzir a política a uma teoria do inconsciente ou a uma teoria do grupo político de base, a decisão política, o encaminhamento político, terá que ser sempre uma decisão consciente, lógica e racional. O máximo que nós podemos fazer é trazer elementos para ajudar nessa compreensão. Por exemplo, as teorizações de Weber, ou as teorizações que outros fizeram em cima de valores,

trazem essa ajuda, como também a teoria da personalidade autoritária dos frankfurtianos ...

Celeste – Essa decisão racional, ela é racional para você, para quem está tomando a decisão. É racional em relação à dinâmica dos seus desejos, mas é totalmente irracional para quem parte de um outro ponto de vista.

Valton – O que a Celeste está falando aqui é que para o grupo que está tomando a decisão, a decisão é racional, mas, para o outro que se coloca numa posição antagônica, ela seria absolutamente irracional. Mas eu creio que existe tanto do ponto de vista individual, quanto grupal, um nível de funcionamento que podemos chamar de racional. Esse nível racional é aquele no qual você decide cumprir determinadas tarefas, executar determinadas ações derivadas da experiência histórica, da experiência social, tanto no plano social quanto individual. Por isso eu creio que a política não pode ser reduzida a uma explicação psicológica. E aí faço ressalvas o tempo todo no sentido de que não se pode fazer esse tipo de reducionismo. O que me parece complicado na política é que ela como a ciência social de um modo geral é avessa a qualquer tentativa de compreensão desse tipo. É como se você estivesse de alguma forma trazendo para a vida política uma coisa espúria que não deve fazer parte dela, quando na verdade eu acho que é inerente a esse funcionamento. A questão, por exemplo, de você ver o narcisismo em funcionamento nesse con-

texto, é fundamental. O funcionamento narcisista é elemento essencial para explicar, inclusive, hoje, uma outra articulação que eu acho que não é o propósito do nosso debate, mas que é a articulação com fetichismo. Hoje nós temos uma fetichização de pessoas e coisas numa tal proporção que você tem a vida política dominada tanto por uma inundação de fetichismo psicológico quanto daquele fetichismo que Marx já tinha teorizado n' *O Capital*. Você tem, realmente, uma compreensão diferente na medida em que você possa se situar numa visão daquilo que Freud chamou de Eu ideal e ideal do Eu. Um seria o reino do imaginário e o outro seria uma perspectiva mais simbólica. No Eu ideal você estaria sempre num plano mais imaginário, mais fantasioso e no outro, num sentido mais simbólico, mais completo, mais próximo da ordem e da lei.

Roberto Amaral – Gostaria que pegássemos a última intervenção da Celeste. Eu também me considero um democrata radical e por isso mesmo sou muito descrente das formas democráticas conhecidas. Vou aproveitar sua citação de *Tocqueville* para invertê-la: a democracia não pode ser exercida por iguais porque a sociedade não é composta por iguais. Portanto me parece aí, radicalizando, inconcebível a democracia numa sociedade de classes. Nela é impossível a diluição do poder. A concentração, ao contrário, é seu objetivo. O fundamental não é que exista uma regra, prévia, que justifique e explicito o poder, e que assim discipline o jogo. O problema é que essa

regra será sempre ditada pelo vencedor, por aquele que tem o monopólio ou a hegemonia do poder, se quiserem, por uma classe, pela classe dominante. É sempre uma parte do jogo (a minoria poderosa) que dita a regra do jogo. É como o direito. E vou tentar responder à pergunta da Celeste. O que é lei? A lei é um direito (ou seja, um interesse) armado de forças para se impor, fazer-se respeitar, e assim ter império, ou, na linguagem dos juristas, vigência; e só é direito (lei) aquela vontade (isto é interesse) que tem a força (poder) —daí o monopólio do Estado na aplicação da lei— garantindo sua imposição. E o que difere o direito (uma regra) da regra moral? É exatamente a impositividade. Eu sei que atrás do descumprimento daquela lei há uma pena (punição) e um poder (força) capaz de aplicá-la contra mim, seu infrator. Uma pena objetiva, concreta, externa, que é aplicada de fora para dentro por uma organização chamada Estado que tem o monopólio da força. A questão da democracia, para nós, é essencial e o Napoleão introduz um *viés* muito interessante que devemos discutir, historicizando. É preciso estudar não só os problemas do inconsciente, os problemas de um sujeito abstrato (individual) como também os problemas do indivíduo como ser social, e ele é fundamentalmente isso, o sujeito de uma existência, de uma inserção no mundo; donde considerar como relevantes, para essa reflexão, mesmo para a tentativa de interpretação do indivíduo, o estudo dos problemas da sociedade, os problemas da história, como eles

se colocam em cada momento. Por exemplo, não é provocação, mas eu vejo como de extrema racionalidade a ação do Estado brasileiro dizimando Belo Monte. Não vejo paranóia naquele comportamento. O massacre foi decisão lúcida, grávida de lógica, e perfeitamente coerente na lógica do sistema. Sadia em contraposição a paranóica, ainda que genocida. Faz dias estava revendo o diário do frei Pedro Sinzig sobre a campanha de Canudos, e as cartas do Barão de Geremoabo, um dos conscientes (consciência de classe) financiadores privados das operações². Eis um exemplo de consciência de classe extraordinária, ele sabia o que estava fazendo, que interesses representava o Conselheiro, quais eram seus próprios interesses, e no conflito se situou. Como também e por essas mesmas razões não é paranóia a forma violenta como são perseguidos e massacrados os movimentos populares, sobretudo os do campo, ontem como hoje, ontem Canudos ou Caldeirão, hoje Eldorado dos Carajás, pelas forças da ordem, pelo Estado brasileiro. A mesma ordem, o mesmo Estado.

Napoleão — Ainda sobre essa questão da organização partidária, do partido, das possibilidades, eu creio que essa tradição organizativa, as formas organizativas, ditas democráticas, a chamada democracia interna, é essa a base paranóide moder-

² Esses documentos estão em MENEZES, E. Diatary B. & ARRUDA, João. *Canudos as falas e os olhares*. Edições UFC. Fortaleza.1996

na. Se você tem uma base da política paranóide, da política carismática, que ela é permanente, mas ela tem uma predominância em uma certa época que não é a nossa, por outras formas talvez, mas não é exatamente essa ação, mesmo de um passado romantizado que se formula hoje, não é ação política, se a gente pega uma experiência negativa, o Hitler, o movimento todo da Alemanha, é claro que ele se fundamenta em estruturas arcaicas que são revigoradas por um processo de paranóia coletiva, identidade. Agora, por outro lado a própria estrutura ...

Roberto Amaral – É preciso ter clareza que Hitler não é um processo autônomo, ele é um produto histórico...

Napoleão – Exatamente, é uma sintonia com todo romantismo alemão que é justamente a busca de um passado heróico, a recriação de um passado heróico para justificar, inclusive, o capitalismo tardio da Alemanha, a expansão ...

Roberto Amaral – É um acaso paranóico ...

Valton – Aconteceu porque a história condicionou esse acontecimento. Mas eu creio que mesmo as pequenas estruturas organizativas dos partidos, da ação política, quando elas estabelecem uma democracia interna, elas estabelecem um jogo de poder interno, e a partir daí se estabelece a condição do processo paranóide. É inevitável, porque a minoria não se submete à maioria coisa nenhuma, a minoria passa a reagir, e passa a disputar espaços e pode ser uma organizaçõzinha a mais pobre ou a mais insignificante,

uma associação de moradores de uma periferia, mas isso vai acontecer, vai acontecer porque existe um mito, o mito moderno da democracia. Aí eu queria só fechar essa observação do que eu penso, que ele se contrapõe à idéia de vontade geral de Rousseau, essa idéia foi esmagada pelo pensamento político, ficou aí em alguma coisa no setor do Direito, mas essa questão da vontade geral é uma coisa que deveria ser re-observada pelos partidos, pelas organizações, a vontade geral não é o somatório das vontades e nem é a vontade da maioria. A vontade geral é que move tudo, que move a consciência coletiva e o inconsciente coletivo. É aí que acho que está a chave dessa discussão presente. Claro que essa relação edipiana de carisma narcísico é um problema para ser resolvido, não dá para se pensar que se vai fazer política *a d eternum*, porque a sociedade muda, a situação presente se extingue sendo sucedida por nova fase histórica.

Olha, há aí nesse texto uma questão que eu acho que é a seguinte, porque Freud colocou, principalmente, no livro *O mal-estar na civilização*, essas duas questões: - a questão do funcionamento paranóico da vida social – ele não vai fundo nessa questão no texto, ele apenas coloca-se assim, mais descritivamente –, mas ele fala de uma coisa que hoje é muito presente na sociedade, ele fala do narcisismo de pequena diferença, o narcisismo de pequena diferença é exatamente o narcisismo dos pequenos grupos, cada grupo social se acha portador de uma situação privilegiada do ponto de vista religioso, étni-

co etc. O exemplo mais contundente foi o da guerra na Bósnia, com narcisismo exacerbado de grupos étnicos e religiosos. Chegando a situações extremas, você tem uma conjunção de narcisismo e paranóia, porque chega a um ponto tal, em que os funcionamentos projetivos no outro, ou no outro grupo, são de tal ordem, que o outro é absolutamente mal, negativo, demoníaco, enquanto o grupo ao qual eu pertencço é o bom, ele é portador de todas as verdades históricas e etc. Chegando ao ponto de justificar toda uma série de atrocidades, inclusive aquelas que os sérvios praticaram largamente contra os croatas, aquela coisa terrível da gravata croata, de fazer um orifício na traquéia-artéria do indivíduo e puxar a língua, deixando o adversário preso, pregado numa porta ou em qualquer outro lugar. É uma situação que junta elementos de extremo narcisismo e de um comportamento paranoico.

Roberto Amaral – Acrescente a esta sua descrição que tanto vítimas quanto algozes eram vizinhos, que estavam vivendo juntos há quarenta ou sessenta anos sem brigar, construindo uma sociedade comum e, aparentemente, um projeto comum de mundo...

Valton – Isso que o Amaral está falando, é que é mais incrível ainda, que eram vizinhos passando mais de quarenta, sessenta anos sem entrar em luta. Além do mais, se não me engano, professam a mesma fé religiosa. Eu acho que essa é uma questão que a gente tem que se deter um pouco nela, porque veja bem, den-

tro dos partidos de um modo geral em que nós temos vivido e participado, há uma coisa muito curiosa. Quando o grupo se divide, a lógica não é mais a lógica da racionalidade, ou seja, da racionalidade que deve regulamentar as posturas divergentes. Quando o grupo se divide, a lógica que tende a predominar é a lógica do inimigo, ou seja, a lógica da paranóia, na medida em que aquele do meu partido que até ontem era meu companheiro de luta, nesse momento da divisão, a partir desse momento, há uma postura emocional, há uma tendência a colocá-lo numa posição de inimigo, de uma maneira tal que ...

Roberto Amaral – ...quanto mais próximo ele era da situação anterior mais inimigo ele se torna...

Valton – Por isso é que eu fiquei muito impressionado com o Canetti descrevendo situações desse tipo. Canetti diz que na luta de massas o inimigo habita fundamentalmente os porões. Quase sempre o problema maior na relação com o inimigo é que ele – o inimigo – está nos nossos porões, não está do lado de fora dos muros. Então essa é uma questão que é necessário se colocar porque ocorre de um momento para o outro. Isso não se dá através de uma gestação assim compreensível, de um momento para o outro essa coisa se instala com extrema violência, é um vôo. Poderia exemplificar com dezenas de situações dentro dos partidos de que nós participamos, mas acho que não vale a pena sair exemplificando com essas coisas, porque nós sa-

bemos disso, a gente sabe pela prática, pelo dia-a-dia do funcionamento partidário. Outro dia estávamos aqui conversando com o líder do MST, o João Pedro Stédile, e ele pegando no meu livro disse: Rapaz, eu quero entender melhor esse seu livro, se não essa organização vai partir-se ao meio já. Ela vai quebrar ao meio. E é por causa disso, é porque as vaidades, os narcisismos, e os sistemas de perseguição estão chegando num ponto tal, que a racionalidade está desaparecendo. Eu creio que é isso aí.

Agora eu gostaria de colocar um outro ponto, que no começo foi lembrado, foi levantado pela Celeste, que é a questão do sagrado. Onde, essa questão do sagrado entra na dinâmica do poder? Onde está essa questão relacionada, fundamentalmente, com o líder ou com o grupo? É um ponto que eu acho assim muito importante porque esse é um problema que difere de uma cultura para outra, mas que está sempre presente em qualquer cultura. Creio que entre nós isso é uma coisa impressionante: quando alguém é investido de alguma forma de poder, imediatamente, a relação com essa pessoa se modifica profundamente ...



Celeste, R. Amaral, Napoleão Ferreira e Valton

Roberto Amaral – E a relação dela com o grupo.

Napoleão - ... E a relação dela com o grupo ...

Celeste – Posso dizer uma coisa? Eu vejo essa questão do sagrado ligado a àquele problema da certeza, da doutrina. É uma idéia que se torna doutrina, e da doutrina que se torna fórmula, e aí passa a ser aplicada para tudo. Me parece que uma das idéias mais alvissareiras, para mim, que reflito em cima da questão da democracia, é a idéia da incerteza. Como se poderia, por exemplo, dentro de um partido, como dentro de outros agrupamentos, criar maiores condições de possibilidade para discutir aquelas certezas, afastar-se um pouco dos seus pares, abrir espaço para diferença, para convidar, por exemplo, pessoas que eu sei que pensam radicalmente diferente, para vir conversar, para vir discutir com a militância? O que eu noto na militância e talvez mais até na militância dos partidos de esquerda, é essa formação doutrinária muito intolerante, sabe Valton, em que você começa a ver o mundo sob aquele prisma, e qualquer coisa que fuja daquela explicação é uma questão do inimigo, do ‘filho da puta’, da pessoa que é má, do louco, de qualquer coisa. Como se poderia ser mais flexível com essas várias tentativas de aproximação com a realidade, em que eu veria que eu tenho mais afinidade com uma certa visão. Mas a outra idéia do Napoleão sobre democracia, será que ele não pode estar certo? Vou até pensar melhor nisso; agora eu não sei

como se consegue isso, eu sei que não é fácil.

Mas essa sacralização de uma verdade, de uma certeza, de que o caminho é por ali, de que aquilo sim, é razão, aquilo sim não está contaminado com desejo, tem uma justificativa que nasce dela mesma, e às vezes eu fico pensando Valton, se no teu livro mesmo, isso não aparece em relação ao marxismo. Com bastante civilidade, mas no fundo com a idéia de que aquele postulado é racional. Quando eu vejo, por exemplo, desculpe se eu estou sendo impertinente, quando eu vejo você fazendo comparação do Fidel Castro com outros governantes, e fazendo de certo modo um esforço para poppá-lo de certas críticas, porque ele erra mas com boa vontade de ajudar aos outros, será que essa justificativa de errar mas com boa vontade, não é uma justificativa universal, que tem sido um pouco a explicação para todos os ditadores?

Mas eu só estou levantando isso, não é para discutir substantivamente essa questão, é para a gente refletir como, mesmo os nossos esforços mais racionais de explicar o mundo, estão carregados com os nossos desejos, com nossas preferências, com nossas simpatias, com aquilo que foi a nossa história, com aquilo que nos moveu, que deu sentido para o mundo, para nós. É difícil você relativizar o tempo todo essas verdades, mas eu acho que o esforço nesse sentido pode ser muito positivo. Só para fechar, isso para mim faz diferença. Quando eu falo na questão da democracia, sabe Valton, para mim

faz diferença, na família, por exemplo, ou no trabalho, na minha relação com os meus alunos, na minha relação com meus filhos, é possível ter uma postura mais democrática, no sentido de não esmagar o outro com a minha vontade, de ajudá-lo um pouco a crescer, mesmo colocando limites, compreende?, essa questão da democracia de ter algumas regras, de que o meu filho saiba, por exemplo, que ele não pode fazer aquilo, não é porque hoje eu acordei azeda não, é porque nós já tínhamos estabelecido isso, entende? Eu tenho a impressão que é uma certa confiança maior do viver no mundo, quando você tem mais ou menos estabelecidas certas regras que você sabe que os outros respeitarão, você foge daquele capricho do governante, que hoje muda, hoje é porque é, amanhã não é porque ele não quer, e você fica como um títere. Por isso que a promessa da democracia, não quer dizer a democracia brasileira, mas a promessa da democracia com todos os problemas, porque diferente do Napoleão, eu não acho que a questão do inconsciente é um problema a ser resolvido, eu acho que é um dado a saber como é que se lida com ele. Então, eu não acredito em sociedade perfeita, mas como nos aproximar mais de uma convivência cujo preço não seja esmagar o outro para que eu viva.

Valton – Creio que aqui, no que a Celeste falou, temos uma outra questão que eu acho que é muito interessante. Porque veja bem, os componentes paranóides, componentes narcisistas, as idealizações e ilusões, que existem na vida

política, naturalmente, deles todos nós participamos. Eu tento examinar isso aí e estou inteiramente incluído, aliás eu coloco isso exatamente, que a minha única explicação para a tentativa de ousar examinar isso como eu fiz é o fato de ser ao mesmo tempo um político militante e um psicanalista, de ser um psiquiatra, um analista, e isso então me deu uma posição um tanto privilegiada para fazer esse exame. Agora, sem de modo algum pretender que eu esteja isento da mesma armadilha emocional, passional e de paranóia da qual todos participamos. Naturalmente, no contexto do livro eu coloco a minha preferência por uma determinada visão de mundo, de uma determinada compreensão teórica da política. Nesse sentido, eu creio que a questão é onde a teoria se transforma em doutrina, ou melhor, onde a teoria é de tal modo penetrada de sacralização, de paranóia e de narcisismo, que ela deixa de funcionar realmente, como instrumental nocional para dar suporte à ação política, e passa a ser um invólucro fetichista do processo. Nesse sentido eu creio que é possível a gente entender as coisas nessa dimensão. Bom, nós podemos ser mais tolerantes com a divergência sem cair nessa coisa de ficar pretendendo esmagar o outro a qualquer preço, embora, a minha compreensão, da vida política como um todo, seja assim, não há e não é possível haver luta política que não tenha por objetivo afastar um outro do poder, na medida que esse afastar pressupõe que eu vou tentar colocar em jogo a minha visão, a minha compreensão teórica dessa reali-

dade e nesse sentido não há como evitar a luta, o confronto. Tem uma coisa aí ...

Celeste – A luta pode ter regras ou não ter ...

Valton – É exatamente por isso que no final, ali nas considerações finais, eu coloco isso: ou nós aceitamos que essa luta precisa ter regras, e que essa luta precisa de um mínimo de regulamentação, agora o problema ...

Roberto Amaral – O problema não é ter regras. O capitalismo tem regras, a máfia tem regras, os grupos marginais têm suas regras, o ditador tem regra, a ditadura militar tinha regra para tudo, matar os judeus foi uma regra, no sentido de dispositivo regulamentado, o mesmo se pode dizer dos expurgos do stalinismo, das regras dos militares argentinos, das regras da ditadura chilena, das regras do fascismo, de todos os estados fascistas, fundamentalistas etc. A questão é o conteúdo da regra. Matar é uma regra do Afeganistão do Talibã.

Valton – É verdade. Que regras são essas?

Celeste – É um nível de consenso que está por trás dessas regras.

Roberto Amaral – Havia consenso na sociedade alemã que apoiou o hitlerismo. Durante muito tempo houve consenso em torno do projeto de guerra da Alemanha. Como há consenso (e direito) entre as hordas das milícias talibãs.

Valton – O problema é isso, aí nós vamos cair na questão da discussão que também está aí no texto, na discussão do

Contrato Social, na discussão da questão do Direito. Então nós ampliamos a discussão para uma dimensão bem maior. Agora, uma coisa que eu questiono muito é a idéia de que a democracia possa existir na situação atual, de domínio fetichista da comunicação, possa existir, realmente, democracia nesse sentido de um mínimo de consenso, porque o fetichismo tomou conta da comunicação, e esse fetichismo está dominado por um determinado setor tanto da classe dominante quanto dos próprios meios de comunicação. Então, eu fico imaginando como é possível você lutar contra esses elementos comunicacionais fetichizados na proporção em que eles estão, hoje, colocados.

Celeste – E numa proposta como a do seu partido, o PSB - Partido Socialista Brasileiro, qual seriam os mecanismos para criar um consenso básico, em torno do socialismo, se a questão da comunicação está toda fechada?

Valton – Bom, eu vou deixar essa questão para o Amaral discorrer um pouco mais sobre ela, porque eu acho que ele tem mais condições de falar sobre isso do que eu.

Celeste – Eu posso ter fugido do assunto.

Roberto Amaral – Não fugiu. Sou hoje muito cético a propósito de uma série de questões, uma delas é a questão democrática. E fundamentalmente, hoje, sou um adversário da democracia representativa, tal qual a conhecemos, tal qual a

praticamos. Esse modelo que aí está fracassou ao não assegurar o governo das maiorias. Como poderia haver democracia representativa na sociedade de massas mediatizada por um sistema de comunicação social monopolizado e a serviço dos interesses de uma minoria? Isso dito no correr de uma tese, tem um significado; dito assim, de forma mais ou menos solta, num debate, pode ser mal interpretado. Antes dessa discussão, porém, eu queria retomar duas questões que a Celeste colocou, que mexem muito comigo, como dirigente partidário. Uma é o que eu chamaria de a ‘tragédia’ do líder, porque o líder que não tem direito a dúvidas. O líder é só certeza, ele é um indicador de rumos, de caminhos. O líder não tem o direito de se perguntar se seu adversário não poderia ter razão, ou se poderia haver alguma alternativa entre suas próprias propostas e as de seu adversário. Não, o líder não tem esse direito. Mas a militância, o militante de massa, o militante que atua na sociedade real, também ele não pode ter dúvidas. A militância de massa tem que ser também maniqueísta, senão, caindo em dúvida sobre o seu adversário, ela se enfraquece, e pode sair derrotada do embate. Ela tem de ter ‘fé’, e fé cega. Aí o liame entre política e religião é um fiapo de átomo. O militante é um torcedor de futebol. Se um torcedor do Vasco puder admitir racionalmente que o Flamengo é um time melhor, e vice-versa, ele nunca mais terá forças para sair do subúrbio, pegar um trem para ir para uma geral do Maracanã, num dia de chuva, para torcer pelo seu

time. Isso deve ser assim? Não. Mas lamentavelmente é assim. Como mudar, não sei; talvez seja este o desafio. Também não sei. Sinceramente não sei. Inclusive, Celeste, o pior é o seguinte: os partidos que mais investiram em formação de quadros, foram os partidos marxistas-leninistas, e foram eles que formaram os quadros mais maniqueístas e mais fechados, refratários a uma discussão que questionasse sua essência, porque quando o militante questiona sua essência doutrinária, o monolitismo (de que dependem a disciplina e a ação) se quebra, e ele sai do partido. As dissidências que explodiram em toda a história dos partidos comunistas, inclusive os brasileiros, não derivaram da necessidade de criar outras visões filosóficas, mas para combatê-las. O camarada não sai para enriquecer a discussão, ele sai para negar a discussão.

A outra questão: é impossível pensar em qualquer fórmula de democracia representativa, presentemente, se a apropriação da informação e do conhecimento se dá nos mesmos termos em que se opera a apropriação dos bens materiais, num país que professa gostosamente a segunda pior concentração de renda do mundo. Só perdemos para o Sri-Lanka. Se os bens culturais são apropriados da mesma forma, como, hoje, na sociedade de massas, é distribuída a renda, é impossível pensar a circulação da informação sem mediação e a mediação é feita por meios de comunicação de massas, ideologizados, unilaterais e monopolizados, e cada vez mais representativos da

classe dominante, dos interesses dominantes, cada vez mais elitizados. No Brasil de hoje a chamada televisão aberta, aquela à qual o grande público tem acesso, é uma televisão que desinforma por natureza, por essência, por necessidade, por objetivo. Seu projeto não é informar, é desinformar. Paralelamente, temos um outro sistema, a televisão de uma certa elite, a televisão por cabo, proporcionando um melhor índice de informação, principalmente a quem pode ter acesso às emissões em inglês e espanhol da CNN e assim ficamos sabendo o que a cadeia norte-americana nos quer mostrar do mundo, segundo sua visão de mundo; por seus olhos nos vemos e vemos os outros. Por fim temos o mais moderno meio de informação e comunicação, que não é um veículo de massa por que a ele só têm acesso menos de 4% da população brasileira: a Internet. Mas 93% da informação que circula dentro da Internet, visual ou gráfica, circulam em inglês. É a 'nossa' informação, dos grupos de elite aos quais pertencemos, os intelectuais, os professores universitários, os políticos, os empresários, os tecnoburocratas. Assim, da exclusão econômica saltamos para a exclusão política, porque o desinformado deixa de ser cidadão. Em uma sociedade assim não podemos falar em democracia representativa.

Como um partido socialista enfrentaria isso? Cumpre aceitar o desafio. Nos termos atuais é muito difícil, ou quase impossível. Antigamente, no século XIX, na primeira metade do século XX, quando você não tinha comunicação de massas,

você podia chegar às grandes massas através do jornal impresso. Lênin imprimia um jornal mimeografado, em Berlim, e o distribuía clandestinamente na Rússia, porque as camadas alfabetizadas eram mínimas. Hoje, o ponto de vista do Partido Socialista Brasileiro, o ponto de vista do Partido Comunista do Brasil, o ponto de vista do Partido dos Trabalhadores, chega aos seus militantes por intermédio dos grandes canais de televisão (*Globo* à frente) da *Folha de São Paulo*, quando chega! E do modo como a *Globo* e a *Folha de São Paulo* decidem que deve chegar. Nós não temos sequer, hoje, um instrumento de contato com a nossa própria militância, que antes de tudo é informada à noite pelo *Jornal Nacional* e de manhã pelo jornal local. Esse é um ponto que se a gente fosse discutir aqui, ficaríamos até a manhã de manhã. E eu não vejo saída.

Napoleão – A minha preocupação, Valton, é justamente com uma saída para o labirinto. O seu trabalho expõe uma questão, ele teoriza sobre ela, ela existe, eu acho que fica claro que é uma forma histórica, portanto ela é superável, ela é uma situação histórica e ela se estabelece a partir de formas de organização. Então, do mesmo modo que eu acho que há uma crítica no texto, assim mais explícita, à organização tradicional dos partidos marxistas-leninistas, eu estenderia essa crítica pela mesma lógica do texto, à forma de organização partidária que não as ortodoxas, mas todas essas idéias não só das organizações partidárias, mas das organizações políticas, de massas, sindicais, elas têm como base da sua

organicidade uma estrutura paranóide, que é justamente...

Roberto Amaral – E as organizações religiosas?

Napoleão – Também, há uma semelhança. E aí, quando o partido propõe ser uma forma organizada racionalmente, e não irracionalmente, não é questão de se pensar que se pode superar ou eliminar o inconsciente, o inconsciente coletivo, a subjetividade humana, mas tentar tirar, superar na ação política a irracionalidade, porque se a gente assumir a irracionalidade como a forma predominante, ou necessária, ou até, digamos, inevitável de fazer política, nós vamos acabar fundando religiões políticas. Então esse não é o nosso projeto, se esse não é o nosso projeto, nós temos que rediscutir a nossa forma de organização política, e os princípios que regem essa organização, que são justamente esses componentes da tradição, dita democrática, que é uma invenção moderna na verdade. Esses componentes democráticos da organização, muitas vezes colocadas como os princípios democráticos da organização, seja lá qual seja ela, seus estatutos, suas formas, suas instâncias de decisão, suas instâncias de poder, essas estruturas estabelecem a cisão. É inevitável, é inevitável que numa disputa qualquer que seja, a opinião prevalecente submete a opinião minoritária, e isso vai gerar mais uma vez a emergência de um movimento paranóide, de luta interna, de inimigo. Isso vai chegar a até 1as últimas conseqüências. Fatalmente isso acontece, eu pelo menos

pelo que a gente vê assim, nas histórias das organizações é inevitável. Na história das organizações políticas modernas, particularmente, as de esquerda, não há nenhum momento em que não haja uma luta interna, em que não haja cisão, em que não haja esse processo de perseguição interna, que você coloca no texto. Você até não citou muitos exemplos, tratou mais da coisa em tese, mas na verdade na história das organizações isso se repete, isso é recorrente, e eu creio que essa dose... É só você olhar a luta entre o Bakunin e Marx, para ver que é muito clara a disputa das correntes, a mesma coisa se repete, então, creio que se a política se propõe à busca de uma racionalidade possível nas ações para transformar a sociedade, então a gente não pode ficar pautado e manter assim como uma coisa de destino, inevitável, a irracionalidade na política. Penso que a alternativa a isso é a mudança nas estruturas, a mudança das estruturas políticas, das formas de fazer. Creio por exemplo, só para se recorrer, eu estou sempre me apoiando um pouco nessa história da vontade geral, eu penso que as instâncias de decisões partidárias não podem ser tomadas por maioria, elas devem ser tomadas por consenso, se não há consenso, não se faz. Eu estou vendo como uma janela possível, em termos de uma nova tática de ação, mas isso aí é uma outra história.

Valton – Há um aspecto disso tudo que eu queria colocar, fazendo referência a um livro de um autor alemão que está tendo muito sucesso na Europa, no qual faz uma leitura de Maquiavel. É um diá-

logo com Maquiavel, usando o texto maquiaveliano e colocando o seguinte: que a corrupção é inerente ao funcionamento da política. É como se Maquiavel no próprio texto, já desse essa compreensão. Eu não tenho nenhum aprofundamento nesse sentido, não examinei o texto nessa perspectiva, mas existe uma coisa que eu acho que é universal na prática política, que é o processo de divisão, esse processo de divisão que nós chamamos em teoria psicanalítica, principalmente os autores kleinianos, como Bion e o próprio Freud, chamam de cisão e projeção, algo que se cinde e uma parte que é projetada. Então, esse funcionamento existe em qualquer organização de modo permanente, e eu creio que onde entra aquilo que a gente falou aqui como doutrina, isso fica enormemente facilitado, porque a doutrina fica muito próxima do pensamento religioso, e esse pensamento facilmente abriga esses componentes narcisistas de identificação com Deus, esses componentes paranóides. Creio que aqui a gente tem um outro elemento que pode, pelo menos assim, como explicação inicial, colocar – essa questão da luta interna, a luta interna é, principalmente, na esquerda, uma coisa permanente, constante, teorizada inclusive ...

Roberto Amaral – Por quê?

Valton – Porque o nível de funcionamento doutrinário é muito mais forte que nos partidos de direita, a não ser, por exemplo, no nazismo e nazi-fascismo, onde a visão de doutrina alcançou níveis elevados. Mas de um modo geral, o sentido

de doutrina fica muito mais acentuado, é muito mais forte na esquerda, nos partidos de raiz marxista. Todo desenvolvimento, toda a tradição marxista é polêmica, é em cima da doutrina, é em cima de questões onde a doutrina é tomada como um invólucro, mesmo, de fé e convicção, e aí entra tudo aquilo que o Napoleão estava dizendo, é esse labirinto onde nós funcionamos, exatamente, que permite a existência da vida política, ou melhor, o que dá a base inconsciente, para o funcionamento da vida política racional. Qual seria uma saída plausível para isso? Eu não sei. Eu nunca imaginei propor uma saída. O que eu penso é que ou nós alcançamos aquele nível, que no pensamento kleiniano é colocado como posição depressivo-reparatória e não esquizo-paranóide, ou seja aquilo que *Lacan* chama de o nível simbólico do funcionamento, o funcionar no simbólico e não no imaginário. Então se nós não formos capazes de colocar as coisas nesse caminho, creio que fica até difícil formular uma teoria, uma visão de conjunto, para a vida política nessa perspectiva do meu livro, *A paranóia do soberano*.

Celeste – Eu acho, Valton, que você colocou muito bem, seu livro não tenta reinventar o ser humano, ele faz certas constatações e vê como isso está sendo organizado historicamente e tenta refletir sobre isso. Esse problema do funcionamento das instituições, inclusive, eu estava tentando lembrar o nome daquele francês, que vinha muito aqui para o Recife, que trabalha em cima disso, de uma compreensão psicanalítica do funciona-

mento institucional. Talvez, Valton, esse seja um dos caminhos para se pensar: quem está vinculado ao grupo, quem de algum modo tem responsabilidade por certas instituições, deve ser capaz de colocar um pouco das saídas que a psicanálise abriu como tentar ‘des-reprimir’ mais esse inconsciente. Talvez seja essa questão de facilitar que a palavra circule mais, que a possibilidade de você criar dispositivos de verdade circule mais dentro do grupo, dentro da instituição, dentro do partido. Que não fique tão na mão de uma meia dúzia de lideranças que estão na frente. Acho que são desafios para se pensar como fazer isso. Na universidade se tenta colocar os alunos mais presentes dentro da coordenação, ouvir mais, pluralizar mais essas verdades, esses pontos de vistas, relativizar mais. Uma questão seria essa. Como se deitar esse partido no divã um pouco? Sabe que não dá para ser desse jeito exatamente. Mas como você encontrar modos de deixar esses conflitos se elaborarem de modo mais público, sem ficar tanto naquele ressentimento, no escuro daqueles ódios que vão se alimentando, e deixar a cultura entrar? Eu fico pensando que a presença da arte, por exemplo, da beleza, da estética, dentro dessas instituições ajudaria muito, você ter a música, você ter a poesia, para pensar no poder, pensar na transformação, nas mudanças que o partido, que o grupo acha que, no caso da política, que deve se lutar por elas através de outras vias que não sejam só aquela via da doutrina. Outros caminhos de sensibilidade, de aproximação com a realidade.

Mas, Valton, uma outra característica do trabalho analítico, por exemplo, eu falo do ponto de vista de pacientes, eu não sou psicanalista, mas é você contar muitas vezes a mesma história, é você ter várias oportunidades de rever, eu fico pensando se dentro dos partidos de esquerda, principalmente, como você colocou, que até porque não têm cargos, poder para distribuir quando estão na oposição, a única gratificação do militante é de certo modo, ter o conforto da verdade doutrinária. Os partidos de direita têm os interesses em relação a cargos. Nos partidos de esquerda, normalmente, afastados do poder e da gratificação, a luta pela verdade doutrinária se torna tão candente. Mas eu digo, então, como se tentar levar essa discussão também para dentro, sobre o funcionamento do poder, assistir, por exemplo, a um filme como aquele *1984*, você não pode levar o militante, talvez, para ler a obra do *Orwell*, mas assistir àquele filme, onde está tão clara a questão do inimigo, daquelas massas ali, gritando, o ‘grande irmão’, aquela coisa toda, não seriam momentos interessantes para você ver aquilo, para você discutir, olhar um pouco o passado, o que aconteceu no stalinismo, como é que aquelas coisas se colocaram, me parece que essa volta ao passado, esse lembrar, essa memória dos problemas, tentar evitar um pouco a repetição, se coloca muito bem também. Às vezes, como diz Marx, a história se repete como tragédia, se repete como comédia ...

Roberto Amaral – A primeira como tragédia, a segunda como farsa.

Celeste – ... Como facilitar dentro da instituição esses espaços, esses acontecimentos, essa palavra, essa reflexão, essa visualização, que isso não vá para debaixo do tapete, mas seja exaustivamente discutido, que esses perigos sejam colocados, não sei? Pode ser um caminho.

Roberto Amaral – A tragédia dos nossos partidos, e eu falo como pretensão marxista, é um pouco paralela às nossas próprias tragédias pessoais, que estão inseridas numa tragédia histórica. Estou acentuando esses termos para separar o que estou chamando de tragédia pessoal, social e política, do inconsciente, dos intervenientes psicológicos, patogênicos ou não. A história nos pregou uma peça. Pelo menos aparentemente é fácil congrega a militância de direita, porque a direita tem o que oferecer, tem o que distribuir, e quando ela fala em poder está se referindo a uma realidade material, palpável, que pode ser tocada. A promessa do líder socialista, revolucionário ou reformista, é uma utopia. A promessa da direita está prenhe de racionalidade, não exige do militante esforços de imaginação. O apelo da esquerda exige a crença (desculpem o termo) em uma utopia. Não estará aí a raiz da exigência doutrinária? Mudemos os termos. Quando hoje, eu, militante socialista, eu ou qualquer um de nós, o Valton ou o Napoleão, convidamos um colega ou um jovem para ingressar em nosso Partido (e o mesmo se aplica a qualquer dirigente de qualquer partido de esquerda) temos de dizer-lhe que não há, que não temos perspectiva de poder a médio prazo. Algumas co-



A partir da direita, Valton, Celeste, R. Amaral e Napoleão.

habitações em governos populares, sim. Poder e exercício de um governo de esquerda, nossa utopia, não. Nesses termos não há perspectiva de poder em nossa geração. Ainda que possamos dizer que há uma mínima perspectiva de governo, precisamos advertir que entre governo (de coalizão ou não) e poder, medeia uma distância que os que a ignoram geralmente são punidos perdendo a liberdade ou a vida. Nós, lideranças, dirigentes, temos a consciência de que não há perspectiva, nem a curto nem a médio prazos de implantação de nossos programas. Como explicar isso ao militante que deseja atrair para as minhas fileiras, ou exigir do já militante de meu partido entusiasmo no embate da vida real? Então aí se recoloca essa questão que às vezes me parece pouco racional e eu saio da história e saio da racionalidade para outra vez apelar para a utopia. Só uma doutrina, ou uma convicção doutrinária pode romper com a convicção racional, fazendo com que um político rejeite a lógica do poder (a adesão a um partido conservador) e opte pelo não-poder (a adesão a um partido da esquerda socialista), quando a única coisa que justifica a política é a conquista

do poder, e o partido é simplesmente uma organização destinada a conquistar o poder.

Este é o nosso paradoxo.

Talvez, muitas das dissidências — a atração que o apelo socialdemocrata sempre exerceu sobre os socialistas — se explique por aí. O militante se cansa. Nos anos 85, na euforia da Nova República, ouvi de muitos companheiros de geração algo assim: “Olha, perdemos o bonde da história; ou nós vamos para o poder agora (e ir ao poder era ingressar no governo) ou não iremos jamais”. Discute-se muito, inclusive o Valton em outro texto, fora desse livro, por que tantos intelectuais da nossa geração renunciaram ao socialismo e optaram pela socialdemocracia. Qual é a explicação? Não se trata de corrupção ou tibieza. É a finitude. É a consciência de nossos limites existenciais.

Valton- É a finitude.

Roberto Amaral — O militante se dá conta de que está chegando aos 40, aos 50, aos 60 anos e que o poder não chegou, nem lhe dá sinais de chegada. Quantos anos ele ainda terá de esperar para chegar ao paraíso? Já lhe falta o tempo. Não há mais tempo de espera. É agora ou nunca. E adere. Se é intelectual, constrói uma bela explicação, e fica em paz com sua consciência. Talvez nem precise de um analista...

Dizia o Valton numa intervenção que não foi gravada, respondendo a uma provocação do Napoleão, que provavelmente, também não foi gravada, que lhe foi

muito difícil chegar a essas observações, abrir a bisturi esse corpo da política e atingir sua alma, proceder a uma verdadeira evisceração do processo político, da alma da política, que é o seu livro, que ele já se dava por satisfeito por haver chegado até onde chegou. Proponho uma nova rodada, com a qual tentaremos proceder a uma avaliação do processo político. Nenhum de nós está satisfeito com este mundo, mas ele nos coloca, até pelos problemas que suscita, um desafio: que fazer?

O que fazer com a política?

Napoleão – Eu acho assim, que a única alternativa possível é enfrentar o problema da irracionalidade que se estrutura nessas formas de organização política com que a gente convive a vida toda. Se a gente não romper com a tradição da organização, a gente não consegue, porque com mais boa vontade, por mais atenção que se possa dar a um partido, a uma organização, atraindo debate, fluindo as idéias, havendo um diálogo maior, só essa ação comunicacional não resolve porque existe um sistema organizativo, existem as instâncias, os fóruns de decisão, e que essas formas são essencialmente autoritárias, disputadas, e aí existe, realmente, uma disputa interna quando você estabelece qualquer organização, particularmente, de esquerda, onde você tem uma instância deliberativa, e você tem, a partir daí, disputas chamadas democráticas, dentro do âmbito, que fatalmente levam à paranóia, a esse processo paranóide. E mais cedo ou mais tarde leva

a uma cisão paranóide, muitas vezes de uma violência irracional e extremada, em cima disso aí. Então eu creio que, na verdade, o problema não está nem na doutrina, na crença ou na descrença, ou descrédito, ele está na forma de organização, a forma é que permite, ela é uma tradição, uma tradição muito arraigada desde os primórdios da idéia de democracia moderna, e que concretamente, ela determina todo esse universo de paranóia que está aí a história para contar.

Celeste – Você acha, Napoleão, que a paranóia na política só surge com a modernidade da democracia, na empresa?

Napoleão – Não, eu acho que na modernidade o que aconteceu é justamente um processo de racionalização, de busca de uma racionalidade da política. É a partir de Maquiavel que você vai ter todo um processo de decisão entre política e as outras esferas sociais, do religioso, do simbólico. Há uma busca disso aí, não estou dizendo que isso acontece de imediato, ou que só exista hoje. Agora se a gente não tentar superar a irracionalidade na política...

Celeste – Eu tinha entendido você dizer que os grandes problemas estavam no modelo. E esse modelo era o ...

Napoleão – Esse modelo se estabelece a partir de toda uma simbologia do poder, essa simbologia está inscrita numa tradição democrática moderna, é justamente aí, onde parece que a coisa seria, justamente, o mais racional, o mais lógico do ponto de vista de uma superação da subjetividade, da impulsividade. É

onde reside o teatro para a disputa. E o grande problema que eu vejo do espaço político é essa disputa. Eu acho que isso, inclusive, afasta muito mais, digamos assim, uma certa militância jovem, ou pessoas que tenham boa vontade, ou que estejam indignadas com a realidade do mundo que a gente vive, esse mundo de desigualdades. O que afasta é justamente isso, é que no processo interno de organização e estruturação essas disputas fatalmente acontecem, e elas são essencialmente irracionais, porque reproduzem essa necessidade subjetiva, psicanalítica, de ter o poder, de girar em torno disso aí. Enquanto a gente estiver submetido ao carisma, eu creio que nós temos um grande problema pela frente, independente do que já foi conquistado. Ninguém pode dizer que tudo que a gente fez foi rodar em círculo, eu acho que não, acho que muita coisa se conquistou no mundo, de transformações sociais a partir da ação política da esquerda. Há grandes conquistas, mas eu acho que esse problema só é superável, e eu acho que ele é um problema, a irracionalidade no processo político, a estrutura paranóide dos partidos é um problema, só é superável se superarmos essa estrutura de organização política, onde realmente a participação seja uma coisa subjacente. Não é que o indivíduo é chamado a participar ou dizer sua opinião, eu vou ouvir, anotar aqui, e vou promover um certo espetáculo interno para atrair as multidões. Mas é realmente uma participação subjacente, quer dizer, isso é uma coisa complicada em termos de formular, eu

não me arriscaria a formular uma proposta desse tipo. Mas eu só vejo essa alternativa porque senão a coisa vai continuar. Agora, eu acho também, que a coisa piora com o tempo. Além de tudo isso, uma coisa que o texto do Valton coloca é que esse momento hoje, do processo da monopolização do capital, é o momento da exacerbação no indivíduo, da possibilidade de consumo individual, uma ação essencialmente narcisista, e aí isso realmente pode inviabilizar a organização partidária, porque é comum hoje as pessoas falarem, eu não vou participar, o que eu vou ganhar com isso, participando? Essa é uma coisa que é uma componente séria, externa a esse processo todo. Mas eu creio que o que pode acabar com o MST, por exemplo, não é isso aí não, é como o Valton falou: o que pode acabar é a disputa interna. A disputa nos assentamentos, a disputa nas organizações do MST, por questões mínimas, por espaços mínimos, que são paupérrimos, mas que se tornam importantes porque são instâncias de poder. Então eu acho que é isso aí.

Celeste – Eu tenho sido teimosa de um modo geral, porque para mim os problemas existem para se pensar por onde se começa a fazer alguma coisa, e eu não acho de jeito nenhum que, hoje, as coisas estejam piores do que já foram em outros tempos. Eu acho que essa reflexão sobre a história é fundamental até para nos defendermos de impressionismos paranóides de que a nossa situação é mais grave, de que o sentimento persecutório fica mais, não, não, eu acho que houve realmente muitas conquistas

históricas e se a gente tiver fôlego para olhar para trás e acompanhar os vários momentos, as várias estruturações materiais e imaginárias de poder, nós não estamos tão ruins assim. E algumas peculiaridades da situação hoje, se elas se colocam como perigo, como ameaça, se colocam também com enormes possibilidades. Agora, Valton, uma coisa que eu acho interessante é em que medida se pode também criar condições para aprofundar esse tipo de reflexão, a partir dessas constatações, sobre o funcionamento das instituições. Eu tenho, por exemplo, tentado fazer o que seria uma anatomia do soberano, quais são os trejeitos do poder, mais ou menos como é que sempre o poder na política é exercido. Eu acho que se a gente começa a conhecer melhor isso, pode também tomar certas salvaguardas dentro dos grupos aos quais a gente pertence. E só para finalizar, nesse sentido eu tenho prestado muito atenção num tipo de agrupamento que não é político, mas claro que está com a questão do poder dentro, e que me parece muito interessante, que são aquelas chamadas comunidades de Doze Passos, como alcoólicos anônimos, por exemplo. Eles têm um estilo de funcionamento que me tem chamado muito a atenção. Agora, eu fico me perguntando se não é a ausência do líder que possibilita aquele funcionamento mais democrático, de ser realmente uma ponte de auxílio às pessoas, se o anonimato não faz com que o narcisismo ...

Roberto Amaral – Diminui o narcisismo!

Celeste - Não é que seja um modelo para se copiar, mas de repente pode lançar questões que animam as reflexões sobre as outras instituições. Há vários modelos, discutir um pouco mais esses modelos pode ser interessante.

Valton – Eu creio que essa discussão foi muito interessante, e eu acho que ela, Amaral, inaugura um debate de psicanálise e política, que eu não sei se tem algum outro no Brasil colocado assim, nessa perspectiva, não numa perspectiva pontual, mas no sentido geral, num sentido amplo, universal. Então eu creio que essa discussão é sobre o poder numa vertente que pode trazer muita coisa interessante em termos de avaliação do fenômeno político, de compreensão do fenômeno político, não só a partir de como a organização pode estimular determinados mecanismos psicológicos indesejáveis, mas também, de como é possível colocar o inconsciente no contexto do funcionamento político, ou seja, o inconsciente não como tentativa de psicanalizar nem de psicologizar ou psiquiatrizar a política, mas colocá-lo para a compreensão do próprio desenvolvimento da teoria. Por exemplo, quando Marx no *Dezeto do Brumário* teoriza em cima do trágico e do cômico ou do emblemático e do simbólico, ele inaugura, ali, um caminho de compreensão da política e que não foi continuado, parou por ali e não se deu continuação. Então eu creio que essa discussão é inovadora, é interessante, coloca todo esse novo vértice, e eu penso que nesse sentido nós fizemos hoje, aqui, uma boa conversa. Eu

penso que essas contribuições sobre todas as visões diferenciadas, que a partir das visões diferenciadas que foram colocadas, elas poderão se seguir com novos debates, com novas contribuições que eu julgo que esse debate de hoje, vai suscitar.

Celeste – Existe a revista *Comunicação & política*, pode existir outra *Psicanálise & política*.

Roberto Amaral – Ou *Política da psicanálise*. (Risos). Chegando ao fim de nossa mesa-redonda, e já agradecendo a todos os que dela participaram, solicito ao Valton, que a encerre em nome de todos nós dando aos nossos leitores um resumo de seu livro.

Valton – *A Paranóia do Soberano* é um texto em que a partir da minha vivência, da minha experiência como militante político e como psiquiatra e psicanalista, procuro compreender, procuro entender o fenômeno político, partindo de um vértice inconsciente, ou seja, do inconsciente no sentido dinâmico, no sentido da psicanálise. E essa compreensão do fenômeno político, de modo algum, pretende ser um reducionismo, reduzir a vida social e política a um dinamismo psicológico ou a um funcionamento basicamente estribado no dinamismo das forças pulsionais. Portanto, trata-se muito mais de uma observação clínica do fenômeno político. O que eu pretendo ressaltar é que existe um potencial para o surgimento de mecanismos paranóides, de mecanismos do tipo perseguido-perseguidor, ou seja, que os grupos têm po-

tencialmente essa tendência, os grupos políticos de um modo geral, e essa idéia eu procuro embasar, eu procuro esclarecer, dando exemplos históricos, dando exemplos da política brasileira e dos partidos políticos em geral. Nesse sentido, passo a compreender todo o funcionamento inconsciente do processo político, como uma base que está sempre interferindo na decisão racional, ou seja, a política. O partido que se pretende como organização fundamentalmente capaz de funcionar na racionalidade é sempre penetrado por mecanismos irracionais derivados do inconsciente que o abrange, que o engloba. É nesse sentido que todos os fenômenos são examinados como a mentira nas suas várias formas e a mais ampla delas, as formas ideológicas de falsa consciência e os mecanismos de uso do medo, que é também um dos elementos da constituição da paranóia. Então é isso aí que vai sendo trabalhado ao longo do texto para depois mostrar que a sociedade como um todo, em menor ou maior escala, pode estimular ou não esse tipo de funcionamento, dado que, num sentido geral, num sentido amplo, a sociedade se articula em cima de elementos narcisistas e paranóides, e isso vai incidir sobre o funcionamento dos grupos políticos em geral. Essa visão articulada de mitificação e transmitificação, compreendendo isso como elementos coadjuvantes no processo paranóico mais amplo, ou seja, não há uma mitificação política, uma mitificação sociopolítica, que não tenha um elemento paranóide, que não esteja adstrita a esse funciona-

mento. Portanto o mito é usado em política, exatamente dentro dessa mesma linha do funcionamento paranóide, porque faz parte do desenvolvimento das constelações de paranóia a constituição do mito. Então é nesse contexto, que todas essas idéias são trabalhadas, creio que ainda de modo incipiente. Não pretendo que nesse texto exista um pensamento bem claro e definido, eu creio que as coisas aí não têm uma linearidade que

eu gostaria que tivessem, porque foi um texto a partir da minha experiência e da minha vivência, como político e psicanalista, e que se coloca aí como uma contribuição para o estudo da política. E que creio que se der pelo menos um resultado inicial, que é o de nos debruçarmos mais sobre as questões de ordem psicológica no interior na política e dos grupos políticos, eu já estou muito satisfeito.

Distribuidores de *C&p*

No Rio de Janeiro

PREFÁCIO
DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA.

Rua Carlos de Carvalho, 69/2º andar
CEP 20230-180 - Centro
Rio de Janeiro - RJ
Telefax: (21) 508-9797
e-mail: prefacio@terra.com.br

Em São Paulo

Del Rey
LIVRARIA & EDITORA

Rua Conselheiro Ramalho, 701 - Loja 03
CEP: 01325-900 - Bela Vista - São Paulo - SP
Tel.: (11) 253-9160/253-9156/253-9152
Fax: (11) 3171-2064
E-mail: delreysp@uol.com.br